

MULHERES: O OUTRO DA VIOLÊNCIA?

Dnda. Vanuza Souza Silva/UFPE
vanuzaz@hotmail.com

1.1- O Outro do Feminino, o masculino?

Os feminismos e suas diversidades políticas e semânticas, mudaram lugares, criaram novas possibilidades de se viver e se pensar o corpo, o feminino, a ideia de ser mulher, dissipou-se em grande medida a crença de uma única mulher, materna, santa, mãe. A narrativa feminina, que cria uma maneira diferenciada de pensar a ciência, o conhecimento, a cultura, a sociedade e outros já é um ponto de inflexão nas narrativas que criaram um lugar para o homem enquanto sujeito privilegiado da história, em contraponto ao que na segunda metade do século XX, Simone de Beauvoir chamou de o Segundo Sexo. Quando as mulheres se precipitam na escrita de si, na escrita que reivindica um lugar para si, a dobra desdobra outros aprendizados, ensina um outro conhecimento, demarcando ausência de um conhecimento que naturalizou as diferenças sexuais e sociais entre homens e mulheres, masculinos e femininos, tornando essa diferenças um fato inquestionável.

A *epistême* feminista reivindica o combate a uma prática cientificista e racionalista que nega o caráter identitário de sua produção, que exclui a luta subjetiva das identidades femininas e feministas. Conforme explicita Margareth Rago¹ as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental (1998, p.4). evidente que pensar a teoria feminista, significa ressaltar a influência de outros aportes teóricos que tornaram possível a crítica do feminismo, desse modo, na segunda metade do século, a influência dos filósofos da diferença, como exemplos, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Lyotard, Michel de Certeau, tornaram possível uma rede de questionamentos a um conhecimento racionalista, produzido por um sujeito previamente elaborado e unitário. A crítica do sujeito de Michel Foucault, por exemplo, inspiração

¹ Ver Artigo publicado na revista feminista internacional digital *LABRYS, estudos feministas*, n.3/4, 2003. Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/>

fundamental para os feminismos após os anos 1980 encorajou a desconstrução de um ser mulher e sua luta contra um homem superior, ao mesmo tempo, possibilitou a abertura de olhares que contemplassem a multiplicidade da subjetividade feminina.

A própria crítica da fenomenologia heideggeriana do ser, do ser que se constitui historicamente, alargou o conceito da prática feminina e feminista. Pensar, pois, que as diferenças sociais e culturais, que o conceito de gênero são práticas discursivas que criam efeitos de realidade, trouxe uma reviravolta para a mudança que o gênero discutido por Scott instaurou. A contribuição da feminista Judith Butler que utiliza da análise de discurso foucaultiana, empreende uma crítica à ideia de que não apenas os discursos constroem as diferenças sexuais e sociais, o corpo abjeto, mas para a autora o próprio conceito de gênero enquanto categoria de análise engessa as diferenças culturais dos papéis sexuais.

O feminismo sensibilizou a linguagem cientificista e racionalista, historicizou práticas e conceitos que renovaram as análises históricas das sociedades, renovação que ampliou o campo das narrativas sobre as mulheres, sobre as metodologias de trabalhos que tematizam mulheres, abriu um campo de conhecimento em que a luta política e a luta epistemológicas se envolvem em um processo visível de transformação, envolvimento e transformação.

No Brasil, a ruptura com os códigos da cultura masculinizante, segunda Margareth Rago², ocorre em dois principais momentos. O primeiro momento é marcado pela luta dos movimentos sociais que em meados dos anos 60 do século XX questionaram não apenas o regime político da ditadura, mas também, as estruturas masculinizantes daquela sociedade que limitavam à vida privada o feminino, que decidiam pelo feminino o seu lugar na maternidade, no casamento e no lar, contemporâneo aos movimentos de combate ao racismo, movimento hippies e tantos outros, o feminismo no final dos anos sessenta e início dos anos setenta, teceram outras linhas de conversação sobre a mulher naquele contexto, inspirados principalmente, nos ideais marxistas, questionaram a opressão da sociedade capitalista sobre as mulheres, principalmente, mulheres trabalhadoras, pobre e outras. A partir dos anos oitenta, os olhares inspirados nas teorias pós-modernas chamarão atenção para o fato de a mulher estar sendo pensada de modo genérico, homogeneizante, além disso, outros temas, temas que explicassem o universo íntimo feminino foram criados e pensados, dessa maneira, a busca pela diferença na trajetória da prática feminina foi uma

² Ide, ibidem.

maneira de inovar o conceito de mulher das lutas feministas dos anos oitenta e noventa do século XX, irrompendo com uma dada visão que pensava a mulher enquanto classe ou grupo apenas. Após os anos noventa, a busca era pela pluralidade da constituição histórica da mulher, sobretudo, pela linguagem que constitui e cria essas diferenças. O outro feminino, agora, necessariamente, não se trata apenas do macho e do masculino.

O discurso feminista se constitui como uma “nova” forma de dizer o feminino e o masculino, de pensar as relações de gênero. Dentro dessa formação discursiva é possível ver diferentes maneiras de definir a mulher e o seu outro, geralmente, o masculino.

Para o feminismo marxista³, por exemplo, a mulher, constituindo uma classe própria, a dos excluídos, expropriada, segundo pensa, pela classe dos homens, deveria usar da revolução para conseguir a igualdade entre homens e mulheres, em que esta se tornaria a trabalhadora. Na psicanálise, como já foi discutido, a mulher é o sujeito eternamente subordinado, mulher oprimida pelo homem, pelo patriarcado, o qual está disseminado pelo social de forma total, genérica.

Na teoria de inspiração frankfurtiana⁴, a mulher está para o privado, como o homem está para o público, ou seja, ser mulher é ser o “anjo do lar”, materna, íntima, secreta; ser homem é agir no plano político, econômico, social. Já o existencialismo de Simone de Beauvoir⁵ diz que a mulher não é uma condição natural, mas social, porém, a grande contradição da autora é pensar, primeiro, que o se tornar mulher é o fim último, em que a escolha de ser mulher não é uma escolha social, mas é um caminho predestinado pelo sexo, vagina. Segundo, o tornar-se mulher por ser uma condição social, e pelo fato da própria autora partir do pressuposto de um social patriarcal, esse “tornar-se mulher” acaba sendo mais um feito do falo, da “falocentria”.

³ Ver NICHOLSON, L. Feminismo e Marx: Integrando o Parentesco com o Econômico. In: BENHABIB, S. e CORNELL, D. Feminismo Como Crítica da Modernidade – Releitura dos Pensadores Contemporâneos do Ponto de vista da Mulher. Rio de Janeiro; editora rosa dos Tempos, 1999. p.81.

⁴ Ver ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Nordeste: Uma Invenção do Falo – uma História do Gênero Masculino no Brasil (1920-1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

⁵ Ver BUTLER, J. Variações sobre Sexo e Gênero – Beauvoir, Wittig e Foucault In: BENHABIB, S. e CORNELL, D. Op.Cit. p. 42.

Mas para uma das vertentes do feminismo pós-moderno, Camile Paglia⁶ tentando problematizar as categorias de gênero, de feminino, pensa um feminino enquanto retorno à natureza, entendendo a natureza, diferentemente de Rousseau, como o caos. Dessa maneira, o feminino é o caótico, oriundo da natureza. Mas como questiona Judith Butler⁷, outra feminista dos parâmetros pós-modernistas, de que forma pensar um feminino enquanto origem ou retorno à natureza, se natureza é mais um conceito elaborado pelos homens?

São, pois, diferentes as maneiras, ao longo da história, que as múltiplas vertentes do feminismo construíram para dizer o feminino, porém, nesses díspares discursos, quando não é o oposto do masculino, é um feminino predestinado, essencialista, definido a partir da genitália que se carrega, sendo esta, ao mesmo tempo, definidora de seus gestos, gostos, gozos e desejos.

No Brasil, em meados da década de 60, a explosão dos movimentos feministas traz à luz a idéia de que a mulher não está para o privado, assim como o homem não está para o público, mostrando que essas construções são arbitrárias e que as mulheres poderiam assumir cargos públicos, vivenciar a política de diferentes maneiras, questionando desse modo os códigos da sexualidade feminina e masculina.

Em um cenário de acelerado processo de modernização, no âmbito do que se chamou “milagre econômico” em plena ditadura militar, o modelo de família nuclear foi sendo quebrado, as mulheres adentraram ao mercado de trabalho, reivindicando o direito à cidadania e questionando muitos dos valores instituídos socialmente. Ao lado das mulheres, homossexuais, negros, hippies reivindicavam o direito à diferença, o que acabava sendo a institucionalização da diferença, como pensa Foucault.

É na década de 70 que surge um feminismo organizado a partir das camadas médias, intelectualizadas, propondo novos modelos de subjetividade. A história das mulheres nesse período passa a ser construída a partir de nova documentação. Segundo Margareth Rago:

As mulheres propunham um novo modelo de feminino, de padrões sexuais, colocando em questão o conceito de mulher que a afirmava

⁶ PAGLIA, C. *Personas Sexuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, cap. I e II, pp. 13-77.

⁷ BUTLER, J. In: *Estudos Feministas*, v.7, n. 12. Florianópolis, UFSC, 1999, pp. 155-169.

enquanto sombra do homem e que lhe dava o direito à existência apenas como auxiliar do crescimento masculino, no público ou privado⁸.

Nos fins da década de 70 e início de 80 as feministas inspiradas no marxismo, lutavam dentro dos partidos de esquerda no Brasil, contra o machismo. Fundaram jornais e revistas, dentre eles, o *Jornal Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* de São Paulo. É, pois, no início de 80 que mulheres que não faziam parte do círculo de intelectuais começam a participar das discussões feministas. Foi nesse momento que se construiu também a idéia de uma mulher enquanto parte de uma classe oprimida pelos machões.

A década de 80 é também um período de redefinição do feminismo no Brasil. Se na primeira metade há uma difusão de movimentos feministas de inspiração marxista, na segunda metade, questões microscópicas que tratam do cotidiano, da subjetividade feminina são agora incorporadas nas discussões feministas, influenciadas pela “idéia de subjetividade de Derrida e de desconstrução de Foucault⁹”.

Outras mudanças no feminismo podem ser vistas, como exemplo, os estudos feministas na academia, em que “a luta política dos feminismos, caminha para o discurso de gênero”¹⁰. Nesse sentido, dificilmente se pode negar a importância do feminismo para a redefinição do corpo, do feminismo, do masculino, das relações de gênero, como sugere Margareth Rago¹¹. Seguindo as diretrizes do pensamento de Derrida, “abalado o alicerce pelo efeito da leitura desconstrutora, segue-se a tarefa de avaliá-lo com a intenção de enxergar o que lhe escondeu, escamoteou e recalcou”¹², Butler propõe uma revisão do feminismo, da política feminista e da mulher pensada por esse discurso¹³.

Os feminismos das décadas de 60, 70 e 80 questionaram a idéia de uma mulher universal, pensaram em sujeitos femininos múltiplos, mulheres culturalmente

⁸ Ver RAGO, M. Feminizar é Preciso – Por uma Cultura Filógena. In: www.perspectiva.com.br. p.46.

⁹ Idem; Ibidem. p.46

¹⁰ SCOTT, J. Apud Ver BUTLER, J. Op. cit, p.46.

¹¹ Idem, ibidem, p.33.

¹² Ver SANTIAGO, S. Arte Masculina? P. 99 In: __NOLASCO, S. A Desconstrução do Masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. P.49.

¹³ Ver BUTLER, J. Op. Cit. p. 69.

diferentes; pensaram o gênero como uma forma de explicação das diferenças sexuais, mas não conseguiram superar a idéia de que por trás de um discurso feminista há um feminino, senão, que é preciso haver um feminino nas entrelinhas do feminismo, nesse caso, a genitália continua determinando o ser mulher.

Redefinindo, porém, os parâmetros do feminismo, Judith Butler diz ser um equívoco separar sexo de gênero, porque para ela não existe uma sexo anterior ao gênero, os sexos, a idéia que temos do nosso sexo, assim como o gênero é um discurso, um conceito, que precisa ser dispersado.

Para Scott o gênero organiza a diferença sexual, para Butler o gênero institui esta diferença. Nesse sentido, para esta não adianta historicizar a categoria de mulheres, pensar as diferentes subjetividades femininas, se o sexo que define o feminino é naturalizado, ou seja. O gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele é o meio discursivo cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou um sexo natural é produzido e estabelecido como pré-discursivo anterior à cultura. (...) Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural-gênero¹⁴.

A crítica de Butler constrói-se no sentido de pensar o corpo, o sexo, o gênero não como categorias existentes em si, mas produto de relações jurídicas, políticas, culturais, que instituem uma verdade para os sexos, uma verdade de heterossexualização dos desejos, que se divide entre os desejos do macho e da fêmea, apenas. A novidade e polêmica do pensamento de Butler é o fato de ela mostrar que o gênero ao invés de questionar a divisão binária dos sexos, legitima-as e as institui.

Foucault¹⁵ nos mostra também como na nossa sociedade moderna se parte do sexo para se definir as funções sociais dos indivíduos, ao mesmo tempo em que se escondem as estratégias de produção do masculino e feminino a partir dessa naturalização do sexo, a qual produz o regime da sexualidade na sociedade moderna. Pensando com esse autor, não existe uma mulher, um sexo que o gênero possa definir, porque o gênero não existe em si, é um estilo, um teatro do corpo: “Um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma naturalização do ser”¹⁶.

¹⁴ Idem, ibidem p.55

¹⁵ FOUCAULT, M. História da Sexualidade I. A Vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p.39.

¹⁶ Ver BUTLER, J. Op. Cit. p.28.

Pensar o gênero como uma prática performática, é tentar ver o deslocamento, a subversão das identidades e subjetividades, apreciar o que não se funde e se confunde num só corpo, num gesto. Criar problemas de gênero é querer pensar as discrepâncias entre o corpo, o sexo e os discursos que o fundam.

Diferentemente do feminismo essencialista, Butler não quer fazer uma história das origens do patriarcado, porque para ela, “o sexo fabricado, o gênero construído, o corpo marcado e estabelecido é tudo o que existe”.

Parafraseando Foucault e Butler, não existe a mulher ou as mulheres que o feminismo apregoa. O sexo não é a origem, mas efeito de uma tecnologia da sexualidade que cria realidades, instituindo a diferença sexual, a diferença dos corpos. O feminismo precisa partir desses discursos que naturaliza, porque “somos obrigados em nossos corpos e em nossas mentes a corresponder traço por traço à idéia de natureza que foi estabelecida para nós, (...) homens e mulheres são categorias políticas e não naturais”¹⁷.

Se o gênero é uma performance, aparência, fantasia, ato que em repetição cria realidade, a tarefa do feminismo hoje é situar as estratégias de repetição que constroem as identidades, ao mesmo tempo, tornar visível a subversão dessa repetição, momento em que o gênero é contestado enquanto definidor de um sexo, de um corpo.

1.2- Que outros Femininos? As Margens!

Será demasiado pensar no outro instituído pelo próprio movimento feminista? Um outro que ao invés de se situar no campo do masculino, é situado no próprio campo dos estudos feministas? Será novidade crer que toda discursividade carece do seu outro, inclusive o próprio discurso da alteridade, da tolerância e da crítica? Que sujeitos abjetos são criados na própria epistême feminista?

O debate do feminismo trouxe desde a segunda metade do século XX, mudanças substanciais e pragmáticas na sociedade brasileira, as políticas públicas para as mulheres, as leis que apóiam as mulheres e punem seus agressores são resultado em grande media de um debate feminista que desde a segunda metade do século XX vem criando aberturas para a democratização das relações de gênero na cultura, no entanto, é preciso ressaltar e

¹⁷ Idem, ibidem, p.45.

considerar o limite do pensamento/epistemologia feminista também, visto que em muitos momentos alguns discursos instituem a ideia de que o feminismo é sinônimo de salvação do lugar das mulheres, ou pelo menos de uma luta marcada por conquistas apenas.

A pesquisa com as mulheres apenadas e provisórias na penitenciária Regional de Campina Grande na Paraíba, colocou-me de frente para uma realidade avassaladora na sua dimensão de exclusão e miséria social, mulheres que desde muito envolvidas com o tráfico de drogas, furtos, roubos, crimes os mais diversos, acabam revelando para o meu lugar de feminista, a cruel face de uma realidade pouco tocada e sensibilizada pela retórica do feminismo, trata-se de um exercício também retórico e de questionamento a uma dada vertente feminista que se propôs a salvar as trajetórias dos femininos, das mulheres. Os feminismos em suas diversidades conseguiram repensar o lugar da mulher, enquanto espacialidade do privado, do materno, do lar. As pílulas anticoncepcionais que conduziram as mulheres à vida pública, ao mundo do trabalho, sem dúvida, são efeitos de posicionamentos das mulheres e dos feminismos que reivindicaram mudanças; a entrada da mulher no mercado de trabalho, a desconstrução de lugares de trabalhos típicos de homens e mulheres, também revela a maturidade das políticas sociais das intelectuais que através das teorias e movimentos dobraram dadas relações de gênero.

A questão que norteia esse texto é : *qual a contribuição do pensamento feminista para as mulheres marginais, especificamente, as mulheres presas, envolvidas como drogas, furtos, roubos, homicidas e outros crimes? De que maneira os feminismos refletiram e propuseram políticas de inclusão das mulheres autoras dos crimes?*

A reivindicação de uma dada vertente do feminismo que problematiza as mulheres enquanto vítimas da violência é comum, acusa-se o opressor masculino de violentos e opressores, leis inclusive foram criadas para punição do macho violento e de toda violência masculina, simbólica e cultural, que assassina as mulheres e suas trajetórias. Mas o que dizem nossas feministas sobre as mulheres que mata, estupram e violentam das mais diferentes formas? Se a violência de autoria feminina não é problematizada será esta uma prática típica do masculino? Qual o significado dos silêncios sobre essas mulheres criminosas, drogadas e homicidas? Não estão sendo essas mulheres vítimas de um discurso de alteridade que dentro do campo feminista as coloca como o outro do próprio

feminino intelectual-hetero-branco-cristão-disciplinado? Não estão sendo as mulheres marginais o corpo abjeto da própria estrutura de pensamento feminista?

Ora, o habitual nas discussões que reivindicam a violência contra o feminino, criando-se no mesmo sentido, a ideia naturalizante de que ao masculino cabe o pael da violência virilidade em contraponto a um feminino delicado, frágil. Como fazer a história das mulheres criminosas, homicidas? Serão elas a representação monstruosa e doentio da história das mulheres?

A definição de violência contra a mulher no Brasil foi elaborada em meio a uma experiência política inovadora na década de 1980, em que, ao lado de práticas de sensibilização e de conscientização, militantes feministas atendiam mulheres que sofriam violências nos chamados SOS-Mulher. O conjunto de idéias que deu suporte e substância a essa expressão foi elaborado a partir de uma compreensão particular acerca da opressão sofrida pelas mulheres no âmbito do Patriarcalismo – noção sintonizada com as discussões feministas em cenário internacional (DEBERT e GREGORI, 2008, p. 166)

A citação acima institui o interesse da maioria das feministas em propor e avaliar o sistema jurídico da nossa sociedade, de criticar o sistema penal que durante muito tempo silenciou a punição às práticas de violências contra as mulheres, a Lei Maria da Penha criada em 2006, é resultado dessas políticas e lutas contra a violência direcionada às mulheres.

Os desafios dos feminismos do século XXI, nesse contexto no qual o aumento da criminalidade feminina é visível e alarmante é criar discursos, pensar as práticas dessas mulheres que utilizando-se taticamente de uma prática naturalmente imposta aos homens, traga contribuições epistemológicas, e sobretudo, sociais, sobre os femininos que escolhem violentar ao invés de serem violentados, e que dessa maneira implodindo com a lógica naturalizante de que a violência e o crime são práticas masculinas. Os femininos que rompem com a explicação feminina e feminista que reivindica uma luta contra a violência masculina, exigem outras histórias, outras lutas que dêem conta de mulheres que escolhem e vivenciam a feminilidade de forma diferenciada, escolhendo inclusive o crime, a violência para constituir-se enquanto sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **Nordestino: Uma Invenção do Falo – uma História do Gênero Masculino no Brasil (1920-1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

BUTLER, Judith. **Variações sobre Sexo e Gênero – Beauvoir, Wittig e Foucault** In: BENHABIB, S. e CORNELL, Rio de Janeiro; editora rosa dos Tempos, 1999.

BUTLER, Judith.. In: Estudos Feministas, v.7, n. 12. Florianópolis, UFSC, 1999.

DEBERT, Guita Grin e GREGORI, MARIA FILOMENA. Violência e Gênero, Novas propostas, Velhos Dilemas. RBCS Vol. 23 nº. 66 fevereiro/2008

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I. A Vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p.39.

NICHOLSON, L. Feminismo e **Marx: Integrando o Parentesco com o Econômico**. In: BENHABIB, S. e CORNELL, D. Feminismo Como Crítica da Modernidade – Releitura dos Pensadores Contemporâneos do Ponto de vista da Mulher. Rio de Janeiro; editora rosa dos Tempos, 1999.

PAGLIA, C. **Personas Sexuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAGO, M. Feminizar é Preciso – Por uma Cultura Filógina. In; www.perspectiva.com.br.

SANTIAGO, S. **Arte Masculina?** p. 99 In: NOLASCO, S. A Desconstrução do Masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. P.49.